

EDITORIAL

É com grande satisfação que comemoramos a edição do 4º número de 2013 da *Ambiente e Sociedade*. Só foi possível transformá-la em periódico trimestral, em decorrência da dedicação do corpo editorial e de todos os grandes especialistas que contribuíram com os pareceres, sugestões, recomendações para que cada artigo pudesse ser publicado consolidando a revista.

Neste sentido, o presente número da *Ambiente e Sociedade* contempla oito artigos e uma resenha com uma variedade temática contemporânea e interdisciplinar, refletindo e relatando sobre problemas socioambientais em distintas regiões do Brasil.

Assim, busca-se através deste número, oferecer ao leitor um conhecimento gerado a partir de construções teóricas e práticas com amplo debate e discussão frente aos conflitos existentes, demonstrando que há caminhos para o enfrentamento destes com práticas sustentáveis, participação social, valorização da natureza e da vida.

No momento da elaboração deste editorial, nos confrontamos com a tragédia de 8 de novembro de 2013, que devastou a Zona Central do Arquipélago das Filipinas, o Tufão Haiyan, com ventos de mais de 250 quilômetros por hora e ondas de mais de cinco metros de altura. Cerca de 4,5 milhões de pessoas foram afetadas, de acordo com as autoridades governamentais. Mais de 660 mil pessoas foram obrigadas a sair de casa por causa das violentas condições meteorológicas.

As autoridades de organizações como Nações Unidas e Banco Mundial são cada vez mais unânimes em afirmar que o aquecimento global já não pode mais ser ignorado. A Organização Meteorológica Mundial (OMM) afirma que ao final de 2013 pode-se enquadrar este a nona lista dos dez anos mais quentes já registrados, e continuar com o padrão de altas temperaturas resultantes diretamente da mudança climática causada pela atividade humana. Pesquisadores afirmam que as concentrações atmosféricas de dióxido de carbono e outros gases de efeito estufa alcançaram novos patamares em 2012, configurando um futuro mais quente.

Cabe destacar também que recentemente a ONG Germanwatch divulgou a 10ª edição de seu Índice Global de Riscos Climáticos, que confirma o fato de países em desenvolvimento serem mais vulneráveis às mudanças climáticas e quantifica o tamanho do estrago que elas já causaram.

Segundo a organização, de 1993 a 2012, mais de quinhentas e trinta mil pessoas perderam a vida em cerca de quinze mil eventos extremos que causaram perdas superiores a US\$ 2,5 trilhões. Estes dados mostram a complexidade na governança ambiental global e a urgência de equacionar o mecanismo de Perdas e Danos (*Loss and Damage*), que ainda não foi aprovado em Doha em 2012, e que prevê o pagamento para quem já está sofrendo com as mudanças climáticas.

A ironia é que neste mês de novembro estão reunidos em Varsóvia na Conferência das Nações Unidas sobre o Clima – (CoP), dezenove representantes de cento e noventa, para tentar um acordo global de redução das emissões de gases causadores do efeito estufa, que deve ser assinado em 2015, entrando em vigor a partir de 2020.

Cabe lembrar que as Nações Unidas estabeleceram como limite para o aquecimento global os dois graus centígrados, abaixo do qual os cientistas consideram que é possível controlar os piores efeitos das alterações climáticas. Para tornar este objetivo uma realidade, os países têm de reduzir bastante as emissões de gases causadores do efeito estufa, através de formas de produção de energia mais limpas que a produzida por combustíveis fósseis.

Os editores de A&S consideram de fundamental importância contextualizar a multiplicação de ventos extremos como parte de sua concepção editorial de oferecer aos seus leitores um quadro que contempla a complexa realidade socioambiental, através da sua diversidade e múltiplas abordagens.

No primeiro artigo “A influência da utilização das sacolas compostáveis no comportamento do consumidor de Belo Horizonte” de Sabrina C. Santos, Caissa Veloso e Sousa, Danilo de Oliveira Sampaio, André Francisco Alcântara Fagundes, os autores apresentam uma reflexão sobre o comportamento do consumidor frente à nova lei da cidade de Belo Horizonte, pioneira na iniciativa de substituição das sacolas de plástico convencional pelas compostáveis, sendo uma crescente preocupação dos consumidores e o reconhecimento da importância do marketing verde como ferramenta de conscientização. Por meio de uma pesquisa de campo quantitativa, foi utilizado um questionário como instrumento para levantamento de dados, utilizando-se um *survey* eletrônico.

No segundo artigo “Sustentabilidade do “berço ao túmulo”: extensão de modelos insumo-produto para RSU e RSA no varejo”, Valny Giacomelli Sobrinho trata dos negócios sustentáveis com a responsabilidade de recolher resíduos de bens e serviços deixados ao longo da cadeia de consumo, e de reduzi-los na cadeia de fornecedores. Por meio de modelos híbridos de insumo-produto, permite-se determinar quanto de resíduo é necessário para gerar uma unidade monetária de produto ou renda econômicas. Assim, é possível determinar qual é o custo (ou benefício) ambiental da atividade econômica.

No terceiro artigo “Critérios para análise do zoneamento ambiental como instrumento de planejamento e ordenamento territorial”, Mariana Rodrigues Ribeiro dos Santos e Victor Eduardo Lima Ranieri propõem critérios para a análise do Zoneamento Ambiental como instrumentos de planejamento e ordenamento territorial no contexto da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), ainda que o instrumento tenha sido regulamentado sob o nome de Zoneamento Ecológico-Econômico em 2002. São analisados três estudos de caso, e de acordo com autores, os Zoneamentos Ambientais nem sempre atingem seus objetivos, mas como aspecto positivo, o instrumento serve como base de informações sistematizadas sobre o meio, além de colaborar para o alcance dos objetivos da PNMA.

No quarto artigo “Turismo, Natureza e Cultura: Disputas por “Patrimônios” nos Debates “Participativos” na Ilha Grande-RJ”, Helena Catão Henriques Ferreira traz uma abordagem importante quanto aos fóruns participativos da Ilha Grande, reativados/reestruturados desde 2007, e que acionaram debates e disputas em que estão em jogo

concepções sobre a conservação da natureza e cultura. O turismo, principal atividade econômica local e importante fenômeno sociocultural na Ilha, tem provocado inúmeras transformações na região, constituindo um dos principais temas debatidos. Em seu âmbito, é utilizado o discurso sobre patrimônio, no que concerne à criação de atrativos, produtos e roteiros, e também nos projetos de planejamento. Este artigo visa refletir sobre as relações entre o turismo na Ilha e as ideias de patrimônio discutidas nestes fóruns. Baseia-se em trabalho etnográfico, a partir de pesquisa de campo desenvolvida entre 2007 e 2010, envolvendo participação e observação direta em reuniões dos fóruns e entrevistas com os atores sociais envolvidos

No quinto artigo “Justiça ambiental, conflitos latentes e externalizados: estudo de caso de pescadores artesanais do norte fluminense”, Giuliana Franco Leal apresenta um estudo de caso com pescadores artesanais que trabalham em trabalhos na Lagoa de Carapebus, uma lagoa costeira parcialmente localizada dentro de um Parque Nacional, criado em 1998, em uma região que vem adotando um modelo econômico baseado na extração de petróleo há cerca de três décadas no Norte fluminense, RJ. A partir da abordagem teórico-metodológica da ecologia política e da teoria do reconhecimento, identificam-se conflitos socioambientais vivenciados por esses pescadores em situações de mudanças de modelo socioeconômico regional e de implantação de unidade de conservação, e discutem-se razões e condições para que os conflitos se apresentem de forma latente ou externalizada, na medida em que existe ação fiscalizadora e punitiva do estado ou discordâncias quanto a regras de trabalho entre os próprios pescadores.

No sexto artigo “Natureza e imaginação ecológica: o deus da ecologia no horizonte imaginativo do ambientalismo”, Isabel Cristina de Moura Carvalho e Carlos Alberto Steil discutem sobre as expectativas de felicidade e elevação moral atribuídas à natureza, no contexto secular contemporâneo, e suas implicações para as práticas educativas ambientais que se baseiam no contato direto com ambientes naturais. Situa a gênese do valor moral da natureza pristina (wilderness) no ideário conservacionista norte-americano do século XIX e argumenta que o sujeito conservacionista-moral do wilderness, associado ao contexto democrático-liberal do século XIX, corrobora, na atualidade, com a noção de natureza boa e bela, tomada como lugar da autenticidade e da transcendência. Contudo, isso não significa uma simples repetição dos ideais do século XIX. O ideal de virtude ecológica contemporânea aciona e transforma esta noção de natureza, agenciando parte dessa inspiração do século XIX às novas configurações do eixo secularização e transcendência a partir das espiritualidades da imanência do tipo Nova Era.

No sétimo artigo “O princípio da precaução e a gestão dos riscos ambientais: contribuições e limitações dos modelos econômicos”, Vasco Barroso Gonçalves apresenta uma reflexão sobre os modelos mais relevantes que têm sido desenvolvidos para a interpretação econômica do princípio da precaução e a sua aplicação, com vista a conhecer as suas contribuições para o debate sobre a precaução e discutir a sua relevância prática para a decisão pública. Analisam-se igualmente suas virtualidades e principais limitações. Identificam-se também algumas ações tendentes a ultrapassar as limitações existentes. O conceito de precaução tem grande relevância na regulação ambiental em muitos países. É, no entanto, ainda vaga a legislação a respeito da aplicação do princípio da precaução na

tomada de decisão relativa à gestão dos riscos ambientais. Por isso, tem sido largamente referida uma necessidade de dispor de quadros reguladores para a implementação operacional deste princípio que clarifiquem conceitos e procedimentos adequados à natureza dos riscos ambientais.

No último artigo “A construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte: conflito ambiental e o dilema do desenvolvimento”, Lorena Cândido Fleury e Jalcione Almeida apresentam uma análise sobre o crescimento econômico recente e a estabilidade política, no contexto brasileiro, que têm proporcionado uma retomada da noção de desenvolvimento ao centro do debate, via de regra mediante a transformação de “recursos naturais”. Contudo, o protagonismo desta noção não traz consigo uma unanimidade a respeito de seu significado – inversamente, são vários os grupos sociais que questionam o tipo de desenvolvimento a ser estimulado, ou até mesmo a necessidade de se desenvolver, deslocando para o centro do debate a relação com a natureza nele implicada. A partir de pesquisa de campo sobre o conflito ambiental em torno da construção daquela que pretende ser a terceira maior usina hidrelétrica do mundo, a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, são analisadas as relações sociedade-natureza como chave na interpretação dos processos de desenvolvimento, no que diz respeito à definição de quem são os sujeitos habilitados a intervir nos rumos desses processos.

Este volume inclui a resenha “Pegada Hídrica: visões e reflexões sobre sua aplicação” por Renata de Souza Leão sobre o livro “Pegada Hídrica – Inovação, corresponsabilização e os desafios de sua aplicação”, organizado por Vanessa Empinotti e Pedro Roberto Jacobi, publicado pela Editora Annablume em 2012, sendo o resultado do seminário internacional “A Pegada Hídrica e sua aplicabilidade no setor público e privado: experiências nacionais e internacionais”, realizado em São Paulo em 2011. Desta forma, autores brasileiros e estrangeiros de diversas áreas do conhecimento, como sociologia, economia, engenharia, gestão ambiental e ciência política, apresentam distintas visões e reflexões sobre Pegada Hídrica.

Cabe lembrar aos leitores, que a Ambiente e Sociedade, é uma publicação quadrimestral da ANPPAS-Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, contribui na área de conhecimento produzida pela interface entre as questões do Ambiente e Sociedade, com foco interdisciplinar.

Boa leitura! E aguardem o próximo número em 2014!

Pedro Roberto Jacobi e Silvana Audrá Cutolo